

COMUNIDADE QUILOMBOLA: CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA E VIVÊNCIAS FORMATIVAS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES

Margareth Araújo e Silva¹

Rosely Ribeiro Lima²

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG) – REGIONAL JATAÍ (REJ)

Objetivo geral: compreender como estão sendo tecidas as constituições identitárias e as vivências formativas escolares e não escolares do grupo de sujeitos moradores da Comunidade Quilombolado Cedro, Município de Mineiros-GO. **Metodologia:** Até o momento (início da pesquisa), foram realizadas observações com o uso de caderno de campo e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa se valeu de uma abordagem qualitativa, junto a Psicologia Social. O projeto obteve aprovação junto ao Comitê de Ética da UFG. Para este trabalho, foram apresentados dados de seis entrevistas, que foram transcritas e organizadas por conteúdo temático. **Resultados:** Todos os entrevistados narraram sobre a importância de preservar a cultura de seu povo, principalmente acerca das plantas medicinais, vestuário e rituais. Todavia, não souberam responder quais são os conhecimentos mais importantes de sua cultura, no que se refere à historicidade e à constituição identitária. É importante destacar a valorização apresentada por todos os entrevistados acerca da cultura vivenciada no quilombo. De outro lado, pode-se refletir que é preciso trabalhar de forma mais sistematizada o regate do conhecimento histórico que destaque a dominação sofrida pelos seus antepassados. **Considerações finais:** Segundo Geertz (1978) em todos os formatos de sociedades está a cultura, que pode ser definida como um sistema cultural de organização e de controle dos grupos. Para o autor, isto se dá nas relações de poder estabelecidas entre os grupos, formando padrões de significados transmitidos historicamente, fazendo uso de símbolos, saberes, valores, rituais, atitudes para a concretização em comportamentos individuais/grupais/sociais. Perante o exposto, refletimos nesta pesquisa que as formas de dominação e controle da cultura negra permaneceram diante da ausência de reflexão sobre a perspectiva histórico-cultural de seu povo. Neste sentido, a dominação aparece contendo outras características que precisam ser identificadas, refletidas e transformadas para uma solidariedade global.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Constituição Identitária. Cultura negra.

Introdução

Diversos historiadores já afirmaram que a escravidão no Brasil iniciou-se com a chegada dos portugueses ao nosso país em meados do século XVI. Eles traziam consigo os africanos nos porões dos navios negreiros, em condições sub-humanas, alguns morriam antes de chegarem ao destino. Aqueles que conseguiam sobreviver eram vendidos pelos portugueses como mercadorias, os que apresentavam melhores condições e disposição para trabalhar eram comprados por um preço maior.

Nessa época, o Brasil era povoado por vários grupos indígenas e muitos deles foram

¹ Professora Doutora do Curso de Pedagogia, UFG-REJ. E-mail: margareth_araujo_silva@yahoo.com.br

² Professora Doutora do Curso de Pedagogia, UFG-REJ. E-mail: roselyl@gmail.com.br

utilizados como escravos; mas os missionários portugueses perceberam que os índios não conseguiam desempenhar as funções impostas aos escravos, uma vez que, eles eram acostumados a fazerem apenas atividades para sua sobrevivência, a partir daí os cristãos passaram a catequizá-los, interrompendo o processo de escravidão dos mesmos.

A produção de cana de açúcar no território brasileiro obrigou os negros a trabalharem nas zonas rurais; as lavouras careciam de uma mão-de-obra forte. As condições de trabalho eram precárias e desumanas, qualquer distração era motivo para que os negros fossem chicoteados, a alimentação era regrada, durante a noite eles viviam presos em senzalas, muitos tentavam fugir, mas eram impedidos e castigados.

A partir daí os negros ficaram submissos, foram obrigados a abandonar seus costumes e tradições. Todos esses fatores contribuíram para que eles fugirem em grandes grupos para os quilombos, que são considerados os locais de refúgio dos escravos. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo.

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas; mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Essa breve história mostra o quanto os negros foram discriminados e explorados na época da escravatura no Brasil, eles foram desrespeitados, tiveram seus direitos violados por outra raça que se julgava superiores. O tempo passou e o racismo tornou-se uma prática proibida, porém o que se percebe é que ainda existe a discriminação racial na sociedade brasileira.

Para Lopes (2005):

Um olhar atento sobre a realidade do povo brasileiro mostra uma sociedade multirracial e pluri-étnica que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. No entanto, afloram a todo o momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária (p. 186).

A autora evidencia que independente das leis e das normas que visam acabar com atitudes racistas e discriminatórias contra os negros, ainda é possível afirmar que grande parte dos brasileiros continua alimentando suas ideias e atitudes preconceituosas, de forma consciente e inconsciente.

O racismo no Brasil pode ter várias origens dependendo da formação de cada pessoa. Muitos pesquisadores sobre a temática afirmam que o ambiente no qual estamos inseridos pode despertar essa atitude discriminatória, uma vez que nosso pensamento pode ser influenciado por grupos e pessoas que fazem parte do nosso dia-a-dia.

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (LOPES, 2005, p. 188).

Perante o exposto, entendemos a necessidade de se acompanhar as constituições identitárias e as vivências de grupos de pessoas que moram nos quilombos, para conhecermos os vários mecanismos que acionam em suas vivências para lidar com esta sociedade que ainda carrega atitudes, comportamentos e ideias preconceituosas.

Partindo desse problema social, justificamos a pesquisa que está em desenvolvimento, e direcionamos a mesma junto ao objetivo de compreender como estão sendo tecidas as constituições identitárias e as vivências formativas escolares e não escolares do grupo de sujeitos moradores da Comunidade Quilombola do Cedro, no Município de Mineiros-Goiás; mediante observações e partilhas do modo de vida dos mesmos, entendendo as práticas culturais deste grupo na contemporaneidade; especialmente no que tange as práticas educativas. Para tanto, buscamos entendimentos a partir da articulação entre os conhecimentos da Antropologia, Psicologia Social e Educação.

A construção do conhecimento partiu de uma perspectiva contextualista sob o qual descrevemos etnograficamente as práticas educativas e culturais da comunidade, na região Centro Oeste do Brasil. As práticas educativas e culturais relativas à constituição de uma identidade cultural própria a essa comunidade quilombola está sendo descrita através da experiência dos sujeitos na vida cotidiana na Comunidade Quilombola do Cedro. Esse estudo tem por base a pesquisa etnográfica, a qual está sendo constituída principalmente a partir da própria comunidade do Cedro.

A comunidade quilombola do Cedro

Em 1888, foi fundada a comunidade do Cedro no município de Mineiros, Estado de Goiás. Vindo de Moçambique, Francisco de Antônio Moraes, mais conhecido como Chico Moleque, foi o fundador da comunidade. Depois que chegou ao Brasil, foi instalado em Minas Gerais, como escravo dos fazendeiros. Naquela época, quando os filhos dos

fazendeiros casavam, estes ganhavam de presente um casal de escravos; Moraes entrou dentro destes casos.

Moraes era comprometido com os trabalhos da fazenda, construía cercas, carros de boi, sabia organizar vários setores, comportamento que promoveu confiança ao seu dono. Junto a esta boa relação, ele foi liberado para trabalhar nas horas vagas para construir cercas para outros fazendeiros da região de Minas. Com isto, ele foi ganhando seu próprio dinheiro, conseqüentemente, comprou a sua liberdade e também de sua esposa.

A partir dessa conquista, eles foram trabalhar por conta própria, com o mesmo intuito de economizar seus ganhos. Obtendo uma quantia importante, tomaram ciência da venda de terras na região de Mineiros, no Cedro. Sendo terras habitadas por índios, Moraes construiu amizades com os mesmos, obtendo a compra de parte destas terras. Quando diversos escravos fugiam de diferentes espaços, Moraes os abrigaram nestas terras do Cedro. A libertação dos escravos veio muito tempo depois.

No Cedro, eles trabalhavam em mutirão, faziam reunião para fazer a roça de um compadre, outro dia roça de outro. Ao passar dos anos foram casando entre si, sendo todos fugitivos. O compadre é quem fazia o casamento entre seus filhos, que ficavam casados ao longo de toda a vida.

Quando contraíam doenças, eles mesmos se curavam com plantas medicinais. Até hoje, eles mantêm essa cultura, e têm os seus próprios centros comunitários de plantas medicinais do Cedro, aonde vão pessoas de todos os lugares comprarem as garrafadas, o remédio caseiro para se curarem, pois tem remédio para todos os tipos de doenças. Somente as mulheres é que trabalham no centro comunitário, ganharam um curso para saber como trabalhar com as plantas medicinais, de como engarrafar para não perder o remédio, a validade de cada remédio para consumido.

Finalmente, é neste contexto que estamos realizando a nossa pesquisa, na tentativa de construir uma compreensão sobre os modos de ser e de vida, as práticas culturais da comunidade, mas principalmente as práticas educativas e culturais na contemporaneidade. Para tanto, buscamos uma articulação entre a comunidade e o meio ambiente (BRONFENBRENNER, 1996, 1989; CARVALHO, 2005; CARRARA, 2002). Práticas cotidianas que envolvem a vida da comunidade estudada, suas culturas, a constituição de suas identidades que transitam em um espaço de fronteiras em meio ao Centro-Oeste do Brasil, onde se encontram elementos da tradição goiana, brasileira, e outros, advindos do espaço quilombola e de seus descendentes moçambicanos, serão descritas e refletidas neste trabalho.

Alguns fundamentos teóricos

A presente pesquisa busca entendimentos a partir da articulação entre os conhecimentos da Antropologia, da Psicologia Social e da Educação. Considera-se importante o aprofundamento de estudos teóricos, especialmente no que se refere ao desenvolvimento do ser humano contextualizado. Conforme Berger e Luckmann (2004), a construção social da realidade é um processo complexo e dinâmico, é o conhecimento obtido pela simbolização, significação, interpretação e domínio de fatos e objetos do mundo físico e social. Conforme o exposto, podemos afirmar que a elaboração de conhecimento do sujeito e dos grupos sociais e a própria prática discursiva facilitam a criação, como, também, a recriação de conhecimentos, são potencialidades principais para a consolidação da formação humana, englobando os conhecimentos formados e mediados pela cultura, tradição, ciência e religião de um povo.

Dessa maneira, entendemos que a realidade é construída socialmente e precisa ser entendida de forma contextualizada. Para colaborar com este entendimento, utilizamos os conhecimentos da Teoria Ecológica do Desenvolvimento de Bronfenbrenner (1996), que colaborou para a criação de uma mudança paradigmática da Psicologia da Educação.

Bronfenbrenner (1996) estudou o desenvolvimento humano numa perspectiva ecológica, ou seja, o “estudo científico da progressiva e mútua acomodação entre um ser humano ativo e em crescimento e as propriedades em mutação dos cenários imediatos nos quais a pessoa em desenvolvimento vive”; já que este processo é afetado por relações entre estes cenários e pelos contextos mais amplos em que os cenários se inscrevem.

Segundo Bronfenbrenner (1996, p. 26), “estamos em constante crescimento psicológico a partir das relações de reciprocidade, sentimento afetivo positivo de equilíbrio e poder, que se desenvolvem entre as pessoas e seus ambientes”. A partir desse ponto de vista, a construção de conhecimentos e integração de experiências originadas em contextos variados passam a ser dados importantíssimos para compreensão da percepção que as crianças têm dos ambientes que habitam e de como processam as experiências vividas e pensadas, e assim, revelam o seu aprendizado, desenvolvendo um estilo de representação singular no mundo. Ver e pensar o mundo a partir da forma de como a pessoa percebe e lida com o seu ambiente, ou seja, como está inserida nos diferentes sistemas ambientais que são dinâmicos e vivenciados concomitantemente.

O ambiente ecológico é constituído por uma série de estruturas, encaixadas uma dentro da outra, representando os diferentes meios em que os sujeitos transitam, de forma direta ou indireta e atuam como sistemas de influência na construção de suas identidades, pois

o ser humano é um ser social que se constrói ao mesmo tempo em que constrói com outros seres humanos, a sociedade e sua história, demarcada por um espaço e local de rotinas diárias.

Nas últimas décadas do século XX, ficaram marcadas, no que se refere à intervenção psicossocial e psicoeducacional, por diversas e importantes modificações de paradigmas que tiveram que ver da forma como se processa o desenvolvimento e a aprendizagem humana. Hoje, é relativamente consensual que o desenvolvimento humano se processa em interação, que para a análise dos processos educativos e compreensões culturais é necessário analisar holisticamente os diferentes contextos sociais e culturais nos quais a comunidade se movimenta.

Metodologia

Gatti (2003) apontou para uma vertente surgida nos últimos vinte anos, que problematiza aspectos da própria Educação sob uma ótica mais complexa, integrando várias áreas, numa perspectiva transdisciplinar onde a questão político social está presente e interage com a ótica do campo. Assume-se nessa perspectiva, que cabe a Psicologia da Educação tentar clarear as relações entre os fins da Educação e o conhecimento que vem das teorias em Psicologia Educacional. Relações estas, que se processam dentro de um ambiente, no bojo de uma sociedade em transformação. Um olhar que se preocupa com a pessoa ou com o sujeito, não apenas daquele que é submetido a, mas daquele que simultaneamente atua.

O espaço da pesquisa foi pensando nessa ótica mais complexa, sendo a Comunidade Quilombola do Cedro, em Mineiros, Goiás. Para melhor compreensão da subjetividade coletiva de uma comunidade quilombola é preciso ampliar o modo de olhar, e atentar para questões antropológicas, utilizando metodologias da Antropologia como a descrição etnográfica e o uso do diário de campo como um dos procedimentos metodológicos adotados. Uma vez que partiremos de paradigmas da área da Psicologia e da Educação, duas áreas que apenas recentemente passaram a se interessar pelos estudos sobre temáticas étnicas, a Antropologia faz-se necessária para complementar os subsídios teóricos que respaldam essa proposta de pesquisa.

A reprodução e as ressignificações dos saberes envolvidos no limiar de mundos diferenciados e presentes na subjetividade coletiva, serão descritas principalmente através de relatos e imagens fotográficas ‘nos’ e ‘dos’ contextos ambientais em que traduzem, reproduzem e são produtoras de culturas próprias. Suas experiências sociais serão mostradas em imagens que serão enfatizadas na concepção da comunidade como protagonistas de um processo sócio-histórico, isto é, ser presente em grupo social. Através de suas experiências

sociais, agem sobre o mundo desenvolvendo práticas sociais e culturais originais que os unem por laços de identidade e solidariedade, em um conjunto de formas de comunicação, artefatos, ritos, normas e valores identificados como uma cultura própria.

Abordaremos as práticas culturais da Comunidade Quilombola do Cedro em nosso tempo, em suas formas de relação e produção da sobrevivência, na descrição no ambiente onde vivem, os valores sociais, *modus vivendi* na comunidade do Cedro, pois é no seu mundo social que buscam a matéria prima para construir sua forma particular de ser. A comunidade quilombola deverá acompanhar todas as instâncias da construção dessa pesquisa, desde a proposta inicial, os caminhos, direcionamentos, registro de dados e correções.

As formas como organizam os significados construídos nas relações sociais que estabelecem com os objetos e entre si, evidenciam como lidam com seu meio educacional, cultural, familiar, ambiental, enfim, na Comunidade Quilombola do Cedro em que vivem. Estamos utilizando técnicas variadas para a obtenção de dados, como: registros de episódios e fotográficos, entrevistas com e sobre os sujeitos e suas vidas no Cedro, a observação participante do cotidiano.

O estudo está sendo respaldado em abordagens que pensam as pessoas em movimento, buscando novos significados nos elementos da realidade, que permitem a criação de processos culturais, a ampliação das possibilidades de significações, o desvelamento de suas próprias condições de vida, maior compreensão da complexidade e amplitude no entendimento da constituição da identidade étnica dessa comunidade.

O foco de interesse dos etnógrafos é a descrição da cultura e das relações (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens, significados, organização social, conflitos etc.) de um grupo social, e os estudiosos da educação tem como preocupação central o processo educativo. Existe, pois, uma diferença de enfoque nessas duas áreas, o que faz com que certos requisitos da etnografia não sejam - nem necessitam ser - cumpridos pelos investigadores das questões educacionais, como afirma André (2005). O que se tem feito, de fato, é uma adaptação da etnografia à educação, o que nos leva a concluir que faremos estudos do tipo etnográfico e não etnografia no seu sentido estrito.

A observação é chamada de participante porque se admite que os pesquisadores tenham sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado. Isso implica uma atitude de constante vigilância, para não impor seus pontos de vista, crenças e preconceitos. Antes, vai exigir um esforço deliberado para colocar-se no lugar do outro, e tentar ver e sentir segundo a ótica as categorias de pensamento e a lógica do outro. A observação participante e as entrevistas aprofundadas são, assim, os meios mais eficazes para

que o pesquisador se aproxime dos sistemas de apresentação, classificação e organização do universo estudado (DA MATTA, 1978; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998).

Coletar dados numa situação de campo é, pois, uma importante característica da pesquisa etnográfica. O pesquisador se aproxima das pessoas e com elas mantém um contato direto por meio de entrevistas e conversas. Registra em seu diário de campo descrição de pessoas, eventos e situações interessantes; opiniões e falas de diferentes sujeitos; tempo de duração de atividades; representações gráficas de ambientes. Além disso, recolhe documentos formais e informais, legais e pessoais, fotografa, etc. Não há modificação do ambiente natural dos participantes: os eventos, as pessoas, as situações são observadas em sua manifestação cotidiana, o que faz com que alguns autores também considerem essa pesquisa como naturalística ou naturalista.

A principal preocupação na etnografia é com o significado que as pessoas ou grupos estudados atribuem às ações, eventos e à realidade que as cercam. Os significados podem ser diretamente expressos pela linguagem ou indiretamente pelas ações. Em toda sociedade as pessoas usam sistemas complexos de significados para organizar seu comportamento, suas práticas, para entender a si próprias e aos outros, e para dar sentido ao mundo em que vivem. Esses sistemas de significados constituem sua cultura.

Por esses caminhos estamos tentando amadurecer a capacidade de fazer uso da sensibilidade, intuições, percepções e emoções, ao invés de negá-las. Procuramos tomar consciência de que elas existem e tomar providências teórico-metodológicas para que não contaminem os dados e as interpretações com afetos e desafetos exacerbados.

Alguns resultados e discussões

Este trabalho é resultante de parte de estudos desenvolvidos junto ao projeto de pesquisa intitulado Comunidade Quilombola: constituição identitária e vivências formativas escolares e não escolares. Esta pesquisa maior parte de uma perspectiva contextualista sob a qual buscamos fazer tentativas de descrição etnograficamente sobre as práticas educativas e culturais da comunidade, na região Centro Oeste do Brasil. As práticas educativas e culturais relativas à constituição de uma identidade cultural própria a essa comunidade quilombola ainda está sendo desenvolvida, portanto, o que aqui será apresentado são os dados organizados até o momento da elaboração deste texto.

A justificativa para esta parte da pesquisa é de valorizar alunos e pessoas com vulnerabilidade sócio-econômica, como também trazer reflexões sobre a importância da cultura local nos processos educativos. A pergunta que nos propusemos a fazer nesta pesquisa

foi: a cultura local influencia diretamente nas aprendizagens dos alunos dentro da Comunidade Quilombola?

A visita na Comunidade Quilombola do Cedro aconteceu no dia 18 de novembro de 2017. A intenção da viagem foi conhecer um pouco da cultura do quilombo, sua história e, especialmente, seus modos de vida e de pensamento, como também oferecemos oficinas pedagógicas, principalmente para levar diversão e entretenimento para as crianças da comunidade.

Em primeiro momento tivemos a oportunidade de conhecer o espaço do laboratório onde produzem os remédios medicinais. São todos fabricados com plantas naturais, o local também possui uma loja para a venda dos remédios, conhecida por eles como farmacinha. Visitamos também a horta onde cultivam hortaliças e as plantas medicinais.

Após essa atividade, observamos o espaço predial da comunidade, uma parte dos alunos foi conhecer uma das várias nascentes de água existente próximo à comunidade, até chegarmos ao rio denominado Rio Verde, que está aproximadamente situado a três quilômetros de distância de onde os espaços prediais da comunidade estão localizados. Conseguimos ter acesso à beira do rio, pois o nível de água se encontrava abaixo do considerado normal.

Após o almoço os responsáveis pelo quilombo fizeram uma roda de conversa apresentando um vídeo onde mostra um pouco da história da Comunidade Quilombola do Cedro, como surgiu, a época em que chegaram à cidade de Mineiros – GO. Falaram sobre sua cultura, como eram e são as crenças religiosas, danças, costumes e o preconceito racial que ainda sofrem nos dias atuais.

Após a realização da visita no Quilombo do Cedro, buscamos organizar os dados recolhidos. Em relação às entrevistas, fizemos a transcrição de seis, sendo o total de contatos obtidos. Todos tinham ancestralidade étnica advinda do quilombo. Tivemos oportunidade de entrevistar pessoas de 45, 41, 40 e 13 anos. Dois adultos informaram que concluíram o ensino médio e um deles parou no 6º ano do ensino fundamental. Os adolescentes estão cursando a segunda fase do ensino fundamental.

Os dados indicam que os adultos apresentam a concepção que ser quilombola está diretamente ligado à família e a uma importante ancestralidade de pessoas que lutaram para a conquista da liberdade para seu povo. Narram que sentem orgulho da sua etnia e que não sentem vergonha da cultura que vivenciam, desde as roupas e os rituais. O conhecimento principal que destacaram sobre sua cultura é o saber sobre as plantas medicinais e seu uso.

Para os adolescentes ser quilombola está vinculado ao local de vivência do quilombo, lugar em que realizam atividades e brincadeiras. Alguns narram a importância de preservar a cultura de seu povo, todavia, não souberam responder quais são os conhecimentos mais importantes de sua cultura.

É importante destacar a valorização apresentada por todos os entrevistados acerca da cultura vivenciada no Quilombo do Cedro. Todavia, pode-se perceber que é preciso trabalhar de forma mais sistematizada esta valorização e o regate de saberes dos antepassados, com uma educação cultural mais próxima dos adolescentes e crianças, pois eles não conseguem dizer sobre qual é o principal papel do quilombo e da importância dele para suas vidas. Quando falamos, estamos apresentando o que sabemos sobre determinado tema, de outra forma, é fácil falar sobre o que somos; de outro lado, não dizer sobre algo tão próximo, que faz parte de sua identidade, apenas por não saber dizer, pode ser sinal de distanciamento do tema em questão.

Considerações finais

Segundo Ribeiro (2016), na História da Educação existe um descaso e lacunas sobre a historicidade da população negra do Brasil, as consequências disto é que até mesmo os adolescentes de dentro de um quilombo apresentam dificuldades em falar de sua cultura. É preciso buscar alternativas para que possamos (re)vitalizar o passado de um povo vitorioso (os negros) perante uma das maiores crueldades vividas no Brasil: a escravidão.

Esses resultados indicam que a cultura desse povo é negligenciada na escola e possivelmente não refletida no espaço do quilombo para fomentar o pensamento crítico dos adolescentes quilombolas. Conforme Rocha (2007), as crianças negras eram educadas com o intuito de serem mão-de-obra barata para a classe dominante, atualmente, elas não conseguem refletir sobre a sua identidade quilombola. Isto é resultante de uma história da educação escolar que negou intencionalmente o fomento da cultura deste povo.

Segundo Geertz (1978) em todos os formatos das sociedades está a cultura, que pode ser definida como um sistema cultural de organização, como também, de controle dos grupos. Para o autor isto se dá nas relações de poder estabelecidas entre os grupos, formando padrões de significados transmitidos historicamente, fazendo uso de símbolos, conhecimentos, valores, atitudes para a concretização em comportamentos individuais/grupais/sociais. Perante o exposto, refletimos nesta pesquisa que as formas de dominação e controle da cultura negra permaneceram, todavia, com outras características que precisam ser identificadas, combatidas

para, assim, podemos fazer parte no fortalecimento de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Tradução Floriano de Souza Fernandes. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRONFRENBRENNER, U. **A Ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1996.

BRONFRENBRENNER, Urie. (1989). **Ecological system theory**. *Annals of Child Development*, 6, 187-249.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade étnica, identificação e manipulação**. In *Sociedade e Cultura* n. 6, v. 2 (jul/dez, 2003) p. 17 a 132. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Ed Unesp, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. Brasília: Livraria Pioneira, 1987.

CARRARA, E. **Um pouco da educação ambiental xavante**. In: SILVA, A. L.; MACEDO, A. U. L. S.; NUNES, A. (org.). *Crianças Indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002. p.100-116.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2005.

DA MATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo ou como ter Antropological Blues**. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GATTI, Bernadete. **Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GEERTZ, C. A. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LOPES, Vera Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação**. In: **Superando o racismo na escola**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. Brasília: MEC, 2005. Disponível em : <<http://etnicoracial.mec.gov.br/2013-03-06-18-02-36>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **A escolarização da população negra e a História da Educação de Goiás**. **Poiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.14, n.1, p. 49-63, jan/jun. 2016.

ROCHA, Fernanda Franco. **Cultura e educação de crianças negras em Goiás (1871-1889)**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2007.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoliand CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambient. soc.** [online]. 2002, n.10, pp. 129-136. ISSN 1809-4422. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2002000100008>>. Acesso em:07 fev. 2016.